

Cooperação em matéria ambiental segundo a Constituição Federal Brasileira e o MERCOSUL

Barbara Andrzejewski Massuchin¹

Resumo. A Cooperação entre os Estados assume fundamental importância atualmente. A Constituição Brasileira prevê mecanismos para a cooperação e integração, que estão expostos nos artigos 4º e 5º do texto constitucional. A cooperação pode e deve ocorrer em assuntos relacionados ao meio ambiente, o que já vem ocorrendo com o Brasil tanto no plano global como no plano regional. O MERCOSUL possui iniciativas de cooperação em matéria ambiental.

Abstract. The cooperation between the States has a fundamental importance today. The Brazilian Constitution has some rules to the cooperation and integration between the States, which are disposed in the articles 4th and 5th. The cooperation may be and has to be in environmental issues, which Brazil has been doing in global and local plans. The Mercosul has a wide range of forms of cooperation in environmental subjects.

Palavras chave: Cooperação. Constituição brasileira. Meio Ambiente. MERCOSUL.

Key words: Cooperation. Brazilian Constitution. Environment. Mercosul.

Sumário: Introdução; 1- Cooperação; 2- O reconhecimento pela Constituição Brasileira da Cooperação; 3- Cooperação ambiental no âmbito do MERCOSUL; Considerações Finais; Referências Bibliográficas

Introdução

A proteção dos direitos humanos e proteção do meio ambiente constituem prioridades na agenda internacional contemporânea, fato que pode ser verificado pela grande mobilização internacional acerca destes temas. As questões ambientais possuem uma transnacionalidade natural, um dano

¹ Bacharel em Direito pela UniCuritiba (2006); Especialista em Direito Constitucional pela Fempar/UniBrasil (2007) Mestranda em Direito pela UniBrasil (2009). Advogada; Procuradora do Município de Rio Negro-PR. Membro do PATRIAS - Plataforma de Análises Acadêmicas e Técnica de Relações Internacionais da América do Sul / barbaramassuchin@hotmail.com

ambiental não ficará restrito aos limites de um Estado, especialmente no que tange a água e ao ar, bens indispensáveis à sadia qualidade de vida e de interesse de todos.

O presente estudo visa analisar se a Constituição de 1988 permite a cooperação em matéria ambiental e como se dá a integração entre os Povos Latino-americanos nesse tema. É imprescindível a análise do texto constitucional, especialmente dos artigos 4º, 5º no que se refere à cooperação e integração supranacional e o 225 que trata especificamente do meio ambiente.

Dada a transnacionalidade, é certo que a proteção ao meio ambiente, enquanto direito humano, requer maior cooperação entre os Estados. Essa cooperação pode ocorrer no plano global ou no plano regional. No plano global o Brasil é signatário de vários tratados sobre o assunto. No plano regional o Brasil integra o MERCOSUL que também possui iniciativas para a proteção do meio ambiente.

O MERCOSUL é uma forma de cooperação regional entre seus Estados partes. Atualmente está no estágio de união aduaneira imprópria. O Tratado de Assunção (1991), que deu início ao Bloco, não é um tratado ambiental, mas a proteção ao meio ambiente é um dos meios pelos quais o MERCOSUL visa atingir o objetivo de ampliação das dimensões dos mercados nacionais.

1- Cooperação

O Estado Moderno demanda uma nova leitura da Teoria do Estado, do Direito Constitucional e Internacional decorrente especialmente das novas formas de relações entre os Estados. Com as mudanças ocorridas na realidade mundial, causadas especialmente pelas guerras, pela globalização da economia e pela revolução tecnológica, o Estado Constitucional Cooperativo passa a ocupar o lugar do Estado Constitucional Nacional.

A cooperação não é um elemento novo, entretanto a nova cooperação tem como característica marcante a premissa de que o direito, tanto no plano interno como externo dos Estados, é o melhor meio para se resolver problemas. Na antiga cooperação havia clara distinção entre os planos interno e externo do Estado, no qual a soberania era indivisível, inalienável e imprescritível. Os direitos humanos, economia, e as relações sociais eram conduzidas no plano interno, traços que foram superados pelo novo Estado Constitucional Cooperativo.²

Com a cooperação ocorre a abertura dos Estados ao mundo, não há neste modelo uma divisão entre o Direito Constitucional e o Direito Internacional, mas há o intercambio destes ramos na formação do que HABERLE denomina de Direito comum de cooperação.³

Essa abertura para as relações internacionais, traço fundamental do Estado Constitucional Cooperativo, pode se dar no plano global e no plano regional. No plano global a cooperação se dá entre Estados e Organizações Internacionais. Estas passam a definir políticas públicas globais, sejam elas econômicas, sociais ou ambientais. A Organização das Nações Unidas (ONU) é um grande exemplo de integração global, atualmente é formada por 192 Estados soberanos e é palco de discussões de interesse global. A ONU atua na política global buscando uma globalização como projeto humano, centrado no Homem⁴.

A União Européia é o exemplo mais avançado de cooperação regional, que já alcançou o *status* de parceria econômica e política, e possui características únicas. Atualmente é formada por 27 países europeus democráticos e inspira outras iniciativas como o MERCOSUL, que está no

² MALISKA, Marcos Augusto. *Estado e Século XXI. A integração sob a ótica do Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 154.

³ (*Ibidem* p 65).

⁴ MALISKA, Marcos Augusto. **Op. Cit.** p. 71.

estágio de união aduaneira imperfeita⁵, mas que tende a uma integração supranacional mais profunda.

Quanto à cooperação dos Estados para a proteção dos direitos humanos, PIOVEZAN⁶ esclarece que, em meados do século XX, em decorrência da Segunda Guerra Mundial e das monstruosas violações de direitos humanos e em virtude da crença de que parte dessas violações poderiam ser prevenidas, fortalece-se a idéia de que a proteção dos direitos humanos não deve se reduzir ao domínio reservado do Estado.

A proteção aos direitos humanos não deve se restringir à competência nacional exclusiva ou a jurisdição doméstica, pois se trata de tema de legítimo interesse internacional. Com a relativização da noção tradicional de soberania do Estado, há a possibilidade de intervenções no plano nacional, em prol da proteção dos direitos humanos, permitindo o monitoramento e responsabilização internacional, quando os direitos humanos forem violados.

A realização cooperativa dos direitos fundamentais é uma consequência e uma tarefa do Estado Constitucional Cooperativo e o prestígio do Estado Constitucional Cooperativo cresce com esta tarefa⁷.

Os temas cooperação, direitos humanos e meio ambiente começaram a fazer efetivamente parte da agenda Internacional a Declaração dos Direitos do Homem em 1948, mas foi a Declaração de Estocolmo, em 1972, que destacou o caráter transfronteiriço do meio ambiente estabelecendo que os Estados têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos, de acordo com a sua política ambiental, desde que as atividades levadas a efeito, dentro da

⁵ GOMES, Eduardo Biachi. Parlamento do Mercosul, Viabilidade para a Democratização do Bloco Econômico. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; SARLET, Ingo Wolfgang; CLÈVE, Clèmerson Merlin. *Direitos humanos e democracia*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

⁶ PIOVESAN, Flávia. *A Constituição Brasileira de 1988 e os tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos* www.dhnet.org.br/direitos/militantes/flaviapiovesan/flavia88.html. Acesso em 25 de maio de 2009.

⁷ HABÈRLE, Peter. *Estado Op. Cit.* p. 65.

jurisdição ou sob seu controle, não prejudiquem o meio ambiente de outros Estados ou de zonas situadas fora de toda a jurisdição nacional⁸.

A ONU reconhecendo que as questões ambientais devem ser tratadas em âmbito global editou a Resolução 43/53 em dezembro de 1988, a qual apresenta um enfoque com base em estratégias de preservação e adaptação que demandam a cooperação internacional.⁹

Posteriormente diversos documentos internacionais destacaram o tema, como a Declaração do Rio de 1992, que reuniu “desenvolvimentistas” e “ambientalistas”, que travaram discussões sobre a noção e a institucionalização do desenvolvimento sustentável. O debate se estabeleceu em duas frentes, uma sobre acordos ambientais globais e outra sobre projetos de desenvolvimento sustentável de âmbito nacional¹⁰.

No plano global da disputa política entre países desenvolvidos, países em desenvolvimento e organizações não governamentais, foram constituídas na Eco-92 “amarras institucionais bastante precisas e determinadas, que passam então a informar o debate teórico e a disputa política em torno da questão ambiental”¹¹.

2- O reconhecimento pela Constituição Brasileira da Cooperação.

A análise dos artigos 4º e 5º do texto Constitucional é fundamental para verificar se a Constituição confere instrumentos para a cooperação e integração.

⁸ Artigo 21 da Declaração de Estocolmo

⁹ TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. *Direitos Humanos e Meio Ambiente*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1993, p.44.

¹⁰ AMAZONAS, Maurício de Carvalho, NOBRE, Marcos. A Conferência do Rio: a definição das amarras institucionais e o novo estatuto do desenvolvimento sustentável. *In: Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília: IBAMA, 2007, p 65-66

¹¹ AMAZONAS, Maurício de Carvalho, NOBRE, Marcos. O desenvolvimento sustentável no contexto pós Rio-92: tendências atuais. *In: Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília: IBAMA, 2007, p 65-66

O Artigo 4º da Constituição Federal traz os princípios, pelos quais a República Federativa do Brasil, rege-se nas relações internacionais, são eles: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político.

A Carta de 1988 é a primeira, dentre as brasileiras, a colocar a prevalência dos direitos humanos como princípio norteador do Estado nas relações internacionais. O inciso II do artigo 4º, traz o princípio da prevalência dos Direitos Humanos, ao qual o Brasil submete sua soberania. Ou seja, o respeito aos direitos humanos é um elemento intrínseco da Constituição e norteador das relações internacionais. Para MALISKA este dispositivo autoriza o Brasil a cooperar para garantia de tais direitos.¹²

Ocorreu o rompimento com a concepção tradicional de soberania estatal absoluta, reforçando o processo de flexibilização e relativização em prol da proteção dos direitos humanos. Esta abertura é condizente com o Estado Democrático de Direito Constitucionalmente que é pretendido. Importante verificar que a concepção de Direitos Humanos pela Constituição de 1988 se dá como um tema global e não reservado ao âmbito interno do Estado¹³.

Importante aqui destacar que o meio ambiente é um direito humano. A proteção ao meio ambiente identifica-se com a proteção dos direitos humanos, pois implica em melhoria da qualidade de vida. PIOVESAN¹⁴ concebe direitos humanos como “uma unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada, na qual os valores da igualdade e liberdade se conjugam e se completam.

O reconhecimento do meio ambiente como direito humano se dá por parte da doutrina e também por parte dos Estados e organização internacionais e pode ser verificado em documentos como a Declaração Universal dos

¹² MALISKA, Marcos Augusto. **Op. Cit.**, p. 185.

¹³ PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Max Limonard, 2002, p. 41.

¹⁴ PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Max Limonard, 2002, p. 41.

Direitos Humanos das Gerações Futuras (1994), que faz menção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; a Declaração de Estocolmo (1972); a Declaração do Rio (1992).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos coloca tais direitos como um ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição¹⁵.

A compreensão do meio ambiente enquanto direito humano tem essencial importância para o presente estudo, já que a Constituição faz menção à proteção dos direitos humanos e não especificamente ao meio ambiente. Compreender o meio ambiente enquanto direito humano significa aceitar a cooperação para a problemática ambiental.

O princípio da cooperação está expresso no inciso IX e visa à cooperação para a melhoria da qualidade de vida global. A cooperação pode se dar de diversas formas, como por transferência de tecnologia, iniciativas em prol da saúde, em questões ambientais, redes de comunicação e de transporte.

A integração supranacional regional é tratada no parágrafo único do artigo 4º, estabelecendo que a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. Este dispositivo deixa claro que a Constituição autoriza a busca pela integração em uma comunidade latino-americana de nações¹⁶. Nessa busca formou-se o MERCOSUL.

A Constituição não esclarece exatamente como se dará esta integração, se ela se dará pelo respeito à soberania na sua concepção clássica ou se

¹⁵ Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

¹⁶ BASTOS, Celso Ribeiro. MARTINS, Ives Gandra. Comentários à Constituição do Brasil. 1º volume. São Paulo, Editora Saraiva p. 506.

envolve a possibilidade de integração através de organismos supranacionais. BASTOS e MARTINS entendem que a mera existência do artigo já indica a possibilidade de integração por organismos supranacionais, além do que, caso contrário o artigo seria desnecessário, pois já havia um organismo sem caráter supranacional.¹⁷

Para MALISKA¹⁸ uma leitura sistemática da Constituição demonstra que o Brasil submete a sua soberania a prevalência dos direitos humanos, a solução pacífica dos conflitos, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

O artigo 5º no §2º estabelece que os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil for parte. Através deste artigo, a Constituição garante a eficácia das normas internacionais. Para SARLET¹⁹, o referido artigo contém uma abertura material do catálogo de direitos fundamentais. Essa abertura volta-se para direitos expressamente positivados em outras partes do texto constitucional e também àqueles sediados em tratados internacionais.

Como o meio ambiente é um Direito Humano, os Tratados deste assunto gozam do privilegio §3º do artigo 5º, ou seja, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Estes parágrafos do artigo 5º suscitam a uma série de discussões sobre a recepção de normas de direito internacional na ordem interna e sobre a posição hierárquica em relação ao direito interno. A incorporação se dá por um processo em que o poder executivo e legislativo interagem através de um processo formal, conforme estabelecido no artigo 84, inciso VIII. A questão que vem sendo debatida, e que comporta muita controvérsia, refere-se à incorporação automática de tratados internacionais que versem sobre direitos

¹⁷ (*Ibidem* p. 510).

¹⁸ MALISKA, Marcos Augusto. Estado e Século XXI. A integração sob a ótica do Direito Constitucional. Renovar. Rio de Janeiro: 2006.

¹⁹ SARLET, Ingo Wolfgang. Direitos Fundamentais, Reforma do Judiciário e Tratados Internacionais de Direitos Humanos. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; SARLET, Ingo Wolfgang; CLÉVE, Clèmerson Merlin. *Direitos humanos e democracia*. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 340.

humanos sem qualquer procedimento formal bastando à retificação. Entretanto, esta discussão extrapola os limites deste estudo.

A questão da hierarquia dos tratados também vem sendo debatida. Os tratados comuns têm hierarquia de lei ordinária. Os tratados sobre direitos humanos aprovados pelo quorum da emendas e após a EC nº 45 possuem *status* de norma constitucional. A constituição não disciplinou os tratados deste tema, que não passarem pelo rito das emendas, e a doutrina não é pacífica neste tema. Parte indica o *status* supralegal e infraconstitucional, parte indica o *status* de lei ordinária. Há quem defenda ainda a natureza supraconstitucional dos tratados de direitos humanos independentemente do rito de incorporação. A controvérsia está longe de acabar²⁰.

Importante ressaltar que os tratados celebrados no âmbito do Mercosul necessitam do processo formal de incorporação, conforme já se manifestou o Supremo Tribunal Federal²¹.

Apesar de o texto constitucional referir-se apenas a tratados internacionais, o constituinte não excluiu outras regras de direito internacional geral e convencional. Há certa unanimidade na doutrina em definir tratados internacionais como é o gênero, o qual engloba diversas espécies de normas internacionais, como pactos, convenções e outras.²² Ou seja, esta norma garante a abertura da constituição para normas internacionais.

Não há um artigo que trate especificamente sobre a cooperação em matéria ambiental, entretanto considerando que o meio ambiente é um Direito Humano e a cooperação deve se dar, conforme o artigo 4º, para o progresso

²⁰ Sobre o tema o STF recentemente julgou o Recurso Extraordinário nº 466.343-1.

²¹ Sob a égide do modelo constitucional brasileiro, mesmo cuidando-se de tratados de integração, ainda subsistem os clássicos mecanismos institucionais de recepção das convenções internacionais em geral, não bastando, para afastá-los, a existência da norma inscrita no art. 4º, parágrafo único, da Constituição da República, que possui conteúdo meramente programático e cujo sentido não torna dispensável a atuação dos instrumentos constitucionais de transposição, para a ordem jurídica doméstica, dos acordos, protocolos e convenções celebrados pelo Brasil no âmbito do Mercosul." (STF, CR 8.279-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 17-6-98, Plenário, DJ de 10-8-00)

²² SARLET, Ingo Wolfgang. Direitos Fundamentais, Reforma do Judiciário e Tratados Internacionais de Direitos Humanos. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; SARLET, Ingo Wolfgang; CLÈVE, Clèmerson Merlin. *Direitos humanos e democracia*. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 340.

da humanidade e visando a prevalência dos direitos humanos, podemos concluir que a cooperação deve abarcar a temática ambiental.

A Constituição reservou um capítulo ao tema meio ambiente, enfatizando o caráter social. Legou-nos o dever de defendê-lo e preservá-lo, com a consciência de que qualquer agressão resulta em direta agressão ao homem, seja à geração presente ou às futuras. O artigo 225 reflete como a Constituição Federal compreende o meio ambiente e, portanto que em sentido o Brasil deve buscar a cooperação.

Para DERANI, o art. 225 é um princípio constitucional inédito que tem influência sobre todo o texto constitucional²³ “Princípio é o mandamento nuclear de um sistema”, se está positivado transforma-se em norma-princípio (é o caso do art. 225) e torna-se preceito básico de organização da constituição. O *caput* do art. 225 tem aplicação imediata e serve como critério de interpretação e integração das demais normas²⁴.

3- Cooperação ambiental no âmbito do MERCOSUL

Como a integração regional deve se dar nos planos econômico, político, social e cultural há uma indicação de que o Meio Ambiente deverá florescer no contexto comunitário. Para SCHEIBE²⁵, essa união facilita tarefas importantes na defesa ambiental como a pesquisa, o aprimoramento de profissionais, a formação de laboratórios dentre outros elementos que possuem alto custo, mas que devido, à cooperação esse custo pode ser dividido entre os Estados partes.

O Tratado de Assunção (1991) que criou o MERCOSUL aponta como objetivo deste, a ampliação das dimensões dos mercados nacionais. Aponta

²³ DERANI, Cristiane. *Direito Ambiental Econômico*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p 134

²⁴ SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 22. ed. Revista e atualizada nos termos as Reforma Constitucional (até a Emenda Constitucional n. 39, de 19.12.2002). São Paulo: Malheiros, 2003. p. 92.

²⁵ SCHEIBE, Virginia Amaral da Cunha. *Direito ambiental no MERCOSUL*. In: II Seminário Internacional de Direito Ambiental. Serie cadernos do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal. Brasília, 2002. p.49.

ainda que a integração constitui condição fundamental para acelerar os processos de desenvolvimento econômico e a justiça social dos Estados partes.

Não é um Tratado ambiental, mas estabeleceu que o objetivo do Tratado “deve ser alcançado mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, a preservação do meio ambiente, o melhoramento das interconexões físicas, a coordenação de políticas macroeconômicas e a complementação dos diferentes setores da economia, com base nos princípios da gradualidade, flexibilidade e equilíbrio”²⁶. Para MACHADO o fato de estes três princípios terem sido adotados no Tratado de Assunção representa que gradativamente as regras ambientais começarão a existir visando a harmonização dos Estados-partes como elemento do processo de integração.²⁷

Com exceção da Constituição Brasileira, que já se encontrava atualizada, todos os membros do MERCOSUL reformaram suas constituições na década de 90, para propiciar o processo de integração e para atender compromissos assumidos em matéria ambiental. Um exemplo disso é a Constituição Argentina, que realizou uma reforma em 1994, incorporando à observância do desenvolvimento sustentável, o dever de recompor o dano ambiental, a obrigação do Estado na proteção do meio ambiente dentre outras responsabilidades.

Em 1992 foi firmada a Declaração de Canela que acentua que as transações comerciais devem incluir os custos ambientais das etapas produtivas sem transferi-los às gerações futuras. Posteriormente os membros reuniram-se na Argentina para definir metas e prazos para implementação da Declaração de Canela.

Os Ministros do Meio Ambiente dos Estados partes do MERCOSUL reuniram-se e criaram uma reunião periódica para debater a problemática ambiental no bloco.²⁸: Esta reunião terá como função “propor ao Conselho do Mercado Comum medidas destinadas à coordenação de políticas para

²⁶ Considerandos ao Tratado de Assunção

²⁷ MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Op. Cit.** p. 1043

²⁸ Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) Decisões do Conselho do Mercado Comum / MERCOSUL/CMC/DEC N° 19/03: Reunião de Ministros do Meio Ambiente. (Montevidéu/2003)

promover a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável nos países do MERCOSUL, assim como as ações de cooperação e articulação em matéria de meio ambiente entre os Estados Partes”. Portanto as medidas de cooperação serão definidas por este grupo.

Além disso, em junho de 2001, foi firmado um Acordo Quadro sobre Meio Ambiente, incorporado no Brasil pelo Decreto nº 5.208/2004, que ressalta a necessidade de cooperar para a proteção do meio ambiente e para a utilização sustentável dos recursos naturais, com vistas a alcançar a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável dos países membros do MERCOSUL. O Acordo reconhece a importância da cooperação entre os Estados partes com o objetivo de apoiar e promover a implementação em matéria ambiental, observando a legislação e as políticas nacionais vigentes. As políticas comerciais e ambientais também devem complementar-se para assegurar o desenvolvimento sustentável no âmbito do MERCOSUL.

Com isso tem-se um marco jurídico para facilitar a efetiva proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais. O primeiro capítulo traz os princípios pelos quais os Estados devem pautar suas ações relativas a proteção ambiental.

Art. 3º Em suas ações para alcançar o objetivo deste Acordo e implementar suas disposições, os Estados Partes deverão orientar-se, inter alia, pelo seguinte:

- a. promoção da proteção do meio ambiente e aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis mediante a coordenação de políticas setoriais, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio;
- b. incorporação da componente ambiental nas políticas setoriais e inclusão das considerações ambientais na tomada de decisões que se adotem no âmbito do MERCOSUL, para fortalecimento da integração;
- c. promoção do desenvolvimento sustentável por meio do apoio recíproco entre os setores ambientais e econômicos, evitando a adoção de medidas que restrinjam ou distorçam de maneira arbitrária ou injustificável a livre circulação de bens e serviços no âmbito do MERCOSUL;
- d. tratamento prioritário e integral às causas e fontes dos problemas ambientais;

- e. promoção da efetiva participação da sociedade civil no tratamento das questões ambientais; e
- f. fomento à internalização dos custos ambientais por meio do uso de instrumentos econômicos e regulatórios de gestão.

MACHADO²⁹ percebe como fundamental a forma como deve ser a cooperação em matéria ambiental, destacando a presença da sociedade civil (associações e grupos sociais). O autor destaca quatro eixos temáticos para a cooperação: gestão sustentável dos recursos naturais; qualidade de vida e planejamento ambiental; instrumentos de política ambiental; e atividades produtivas ambientalmente saudáveis.

O artigo 6º prevê como se dará a cooperação regional elencando quatorze ações que levarão a cooperação: I - incrementar o intercâmbio de informação sobre leis, regulamentos, procedimentos, políticas e práticas ambientais, assim como seus aspectos sociais, culturais, econômicos e de saúde, em particular aqueles que possam afetar o comércio ou as condições de competitividade no âmbito do MERCOSUL; II- incentivar políticas e instrumentos nacionais em matéria ambiental, buscando otimizar a gestão do meio ambiente; III - buscar a harmonização das legislações ambientais, levando em consideração as diferentes realidades ambientais, sociais e econômicas dos países do MERCOSUL; IV- identificar fontes de financiamento para o desenvolvimento das capacidades dos Estados partes, visando a contribuir com a implementação do presente Acordo; V- contribuir para a promoção de condições de trabalho ambientalmente saudáveis e seguras para, no marco de um desenvolvimento sustentável, possibilitar a melhoria da qualidade de vida, o bem-estar social e a geração de emprego; VI - contribuir para que os demais foros e instâncias do MERCOSUL considerem adequada e oportunamente os aspectos ambientais pertinentes; VII- promover a adoção de políticas, processos produtivos e serviços não degradantes do meio ambiente; VIII - incentivar a pesquisa científica e o desenvolvimento de tecnologias limpas; IX - promover o uso de instrumentos econômicos de apoio à execução das políticas para a promoção do desenvolvimento sustentável e a proteção do

²⁹ MACHADO, Paulo Afonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 15. ed. Revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros, 2007, p 1050

meio ambiente; X - estimular a harmonização das diretrizes legais e institucionais com o objetivo de prevenir, controlar e mitigar os impactos ambientais nos Estados Partes, com especial atenção às áreas fronteiriças; XI - prestar, de forma oportuna, informações sobre desastres e emergências ambientais que possam afetar os demais Estados Partes e, quando possível, apoio técnico e operacional; XII - promover a educação ambiental formal e não formal e fomentar conhecimentos, hábitos de conduta e a integração de valores orientados às transformações necessárias ao alcance do desenvolvimento sustentável no âmbito do MERCOSUL; XIII - considerar os aspectos culturais, quando pertinente, nos processos de tomada de decisão em matéria ambiental; XIV - desenvolver acordos setoriais, em temas específicos, conforme seja necessário para a consecução do objetivo deste Acordo.

Considerações Finais

A Constituição Brasileira apresenta instrumentos para a cooperação, que deverá atender aos princípios pelos quais a República Federativa do Brasil pauta-se nas relações internacionais. Dentre eles destacamos a prevalência dos direitos humanos, já que o meio ambiente inclui-se dentre estes, e o princípio da cooperação dos povos para o progresso da humanidade, sendo que este progresso representa a melhoria da qualidade de vida, o que tem íntima relação com a salubridade do meio ambiente.

A cooperação com os povos Latino-americanos está prevista expressamente na Carta de 1988 e os Estados partes vêm se empenhando para que esta cooperação se de em matéria ambiental, reconhecendo inclusive que a proteção do meio ambiente é parte do processo de efetivação do objetivo principal do Grupo, disposto no Tratado de Assunção.

A cooperação é urgente, dada a característica transfronteiriça do meio ambiente, a proximidade dos Estados e a riqueza ecológica da região. A questão das diferenças culturais, diferenças quanto ao grau de desenvolvimento tecnológico e econômico dos países membros são itens que

devem ser considerados para que as iniciativas sejam eficientes e conduzam ao sucesso da cooperação em matéria ambiental.

Referências Bibliográficas

AMAZONAS, Maurício de Carvalho, NOBRE, Marcos. A Conferência do Rio: a definição das amarras institucionais e o novo estatuto do desenvolvimento sustentável. In: *Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília: IBAMA, 2007.

AMAZONAS, Maurício de Carvalho, NOBRE, Marcos. O desenvolvimento sustentável no contexto pós Rio-92: tendências atuais. In: *Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília: IBAMA, 2007.

BASTOS, Celso Ribeiro. MARTINS, Ives Gandra. *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo, Editora Saraiva

CANOTILHO, JJ. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 2003.

DERANI, Cristiane. *Direito Ambiental Econômico*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

GOMES, Eduardo Biachi. Parlamento do Mercosul, Viabilidade para a Democratização do Bloco Econômico. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; SARLET, Ingo Wolfgang; CLÈVE, Clèmerson Merlin. *Direitos humanos e democracia*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

HÄBERLE, Peter. *Estado Constitucional Cooperativo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 15. ed. Revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros, 2007.

MALISKA, Marcos Augusto. *Estado e Século XXI. A integração sob a ótica do Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

_____. *Estado Constitucional Cooperativo Democracia e Parlamento em Instituições Supranacionais e Intergovernamentais. Entrevista com Peter Häberle*. In: *Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais da Unibrasil*, nº 7. Curitiba: 2007

MILARE, Édis. *Direito do Ambiente*. 3 ed. São Paulo; Revista dos Tribunais; 2004.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 20. ed. Atualizada até a ED nº 52/06. Atlas, 2006.

MÜLLER, Friedrich. Teoria e interpretação dos Direitos Humanos nacionais e internacionais – especialmente na ótica da teoria estruturante do Direito. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; SARLET, Ingo Wolfgang; CLÈVE, Clèmerson Merlin. Direitos humanos e democracia. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. São Paulo: Max Limonard, 2002.

_____. A Constituição Brasileira de 1988 e os tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos www.dhnet.org.br/direitos/militantes/flaviapiovesan/flavia88.html. Acesso em 25 de maio de 2009.

SARLET, Ingo Wolfgang. Direitos Fundamentais, Reforma do Judiciário e Tratados Internacionais de Direitos Humanos. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; SARLET, Ingo Wolfgang; CLÈVE, Clèmerson Merlin. Direitos humanos e democracia. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

SCHEIBE, Virginia Amaral da Cunha. Direito ambiental no MERCOSUL. In: III Seminário Internacional de Direito Ambiental. Série Cadernos do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal. Brasília: 2002.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 22. ed. Revista e atualizada nos termos as Reforma Constitucional (até a Emenda Constitucional n. 39, de 19.12.2002). São Paulo: Malheiros, 2003.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. Direitos Humanos e Meio Ambiente. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1993.

TRINDADE, Antonio Cançado. Direitos humanos e meio ambiente: paralelos dos sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: Fabris, 1997.